

## As lutas pela revogação do Novo Ensino Médio: ações do movimento estudantil de Francisco Beltrão - PR

Eduardo da Silva Rodrigues<sup>1</sup>

Suely Aparecida Martins<sup>2</sup>

### Resumo:

O Novo Ensino Médio (NEM), por meio da nº Lei 13.415/2017, alterou o currículo, a carga horária, os regimes de contratação e o funcionamento do ensino secundário, além de outras questões relacionadas a essa etapa de escolarização. As modificações impostas causaram descontentamento de vários setores da sociedade, gerando um movimento pela revogação do NEM. Este artigo, fruto de uma pesquisa de iniciação científica, destaca as movimentações realizadas pelos estudantes secundaristas de Francisco Beltrão, cidade do interior do Paraná, a partir das ações organizadas pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas desse município, especialmente em 2023. Foram analisadas as ações empreendidas por eles, a sua recorrência, a forma e os impactos, considerando o cenário político e as atividades realizadas a nível nacional para a revogação do NEM. Além de pesquisa bibliográfica, foram catalogadas e analisadas as postagens realizadas pelo movimento estudantil de Francisco Beltrão - PR em suas redes sociais. Conclui-se que as atividades empreendidas foram variadas, distribuídas em panfletagens, manifestações, visitas e eventos. Os atos contaram com a presença de diversos agentes da comunidade, que ocuparam diversos espaços, levando o debate da pauta da revogação a diferentes sujeitos.

### Palavras-chave:

Novo Ensino Médio. Lei nº 13.415/2017. Movimento Estudantil.

## The fights for the abrogation of the New Secondary Education: The acts of the student's movement of Francisco Beltrão - PR

**Abstract:** The New Secondary Education (NSE), through Law 13.415/2017, changed the curriculum, the workload, the contracting systems, and the way secondary education works, as well as other issues related to this stage of schooling. The changes imposed caused discontent among various sectors of society, sparking a movement to repeal the NEM. This article, the result of an undergraduate research project, highlights the movements carried out by high school students in Francisco Beltrão, a city in the interior of Paraná, Brazil, based on actions organized by the Municipal Union of High School Students of that municipality, especially in 2023. The actions undertaken by the

<sup>1</sup> Licenciado em Letras, graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: [edusilro@gmail.com](mailto:edusilro@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4005-8020>.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia Política, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: [martins\\_sue@hotmail.com](mailto:martins_sue@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7876-6634>.

students, as well as their recurrence, form, and impact, were analyzed, considering the political scenario and the activities carried out at the national level to repeal the NEM. In addition to bibliographical research, the posts made by the student movement of Francisco Beltrão on their social networks were cataloged and analyzed. It was concluded that the activities undertaken were varied, including leafleting, demonstrations, visits and events. The actions were attended by various community players, who occupied different spaces, bringing the debate on the repeal agenda to other subjects.

**Keywords:** New Secondary Education. Law No. 13.415/2016. Students Movement.

## **Las luchas por la derogación de la Nueva Escuela Secundaria: acciones del movimiento estudiantil de Francisco Beltrão - PR**

**Resumen:** La Nueva Educación Secundaria (NES), a través de la Ley 13.415/2017, alteró el currículo, la carga horaria, los sistemas de contratación y el funcionamiento de la educación secundaria, así como otras cuestiones relacionadas con esta etapa escolar. Los cambios impuestos causaron descontento en diversos sectores de la sociedad, desatando un movimiento para derogar la NEM. Este artículo, resultado de un trabajo de investigación de pregrado, destaca los movimientos llevados a cabo por estudiantes de enseñanza media en Francisco Beltrão, ciudad del interior de Paraná, Brasil, a partir de las acciones organizadas por el Sindicato Municipal de Estudiantes de Enseñanza Media de ese municipio, especialmente en 2023. Se analizaron las acciones realizadas por ellos, su recurrencia, forma e impacto, teniendo en cuenta el escenario político y las actividades realizadas a nivel nacional para derogar el NEM. Además de la investigación bibliográfica, se catalogaron y analizaron las publicaciones realizadas por el movimiento estudiantil en Francisco Beltrão en sus redes sociales. Se concluyó que las actividades realizadas fueron variadas, incluyendo panfletos, manifestaciones, visitas y eventos. Las acciones contaron con la participación de diversos actores de la comunidad, que ocuparon diferentes espacios, llevando el debate sobre la agenda de la derogación a diferentes sujetos.

**Palabras clave:** Nueva Educación Secundaria. Ley 13.415/2016. Movimiento Estudiantil.

### **1 Introdução**

A educação pública nacional já passou por inúmeras reformas que reestruturaram a maneira como essa ocorre em território brasileiro. Por meio delas, foram alterados currículos, metodologias, objetivos, concepções, financiamentos e outras diversas questões que orbitam a temática educacional. Essas modificações são sempre produto de um conflito de interesses entre os envolvidos, seja na implementação das mudanças ou com relação àqueles afetados por elas. Em 2016, a partir da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, iniciaram-se os debates a respeito de uma dessas reformas, a do Novo Ensino Médio (NEM), atualmente em vigência, que altera os moldes de como se estabelece o ensino secundário no Brasil.

O NEM modifica a etapa do ensino secundário em inúmeras instâncias, como o seu currículo, a sua carga horária, o seu financiamento, além de remodelar a contratação de professores, a relação da educação pública com as instituições privadas e muitos outros aspectos que afetam significativamente as juventudes em idade escolar e a sociedade em geral. Entretanto, as transformações empreendidas pelo texto da MP, posteriormente

efetivada como em lei, carregam consigo o peso da hegemonia das classes dominantes e prejudicam o estabelecimento de uma escola que contribua com a emancipação de seus estudantes. Tal dispositivo legislativo acentua as diferenças de classes ao mesmo tempo que abre as portas para a iniciativa privada invadir o ensino público. As consequências de sua aplicação já são relatadas pela comunidade escolar, que responde a essa ação com protestos de indignação em meio a pedidos pela revogação completa do NEM. As manifestações acontecem das mais variadas formas, por meio das redes sociais ou de atos presenciais espalhados pelos estados brasileiros, sendo encabeçadas por membros da comunidade escolar, sindicatos, grêmios escolares e movimentos estudantis.

Diante desse contexto, neste trabalho<sup>3</sup>, discutimos as questões referentes ao embate realizado pela comunidade escolar no tocante à aplicação do NEM, sumariamente aquele realizado pelos movimentos estudantis e, em nosso caso, com foco na União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Francisco Beltrão, um movimento estudantil secundarista de uma cidade do interior do Paraná, procurando compreender a força empreendida pelos próprios estudantes, principais afetados pela reforma, para buscar a revogação da Lei que implementou o NEM. Para isso, estruturamos este texto em algumas etapas que formam o panorama para analisarmos as ações deste movimento estudantil. Inicialmente, salientamos algumas das modificações impostas pela Lei nº 13.415/2017, contrastando-as com algumas das consequências de suas aplicações já aferidas por pesquisadores e pela comunidade escolar. Na sequência, analisamos os atributos que caracterizam os movimentos estudantis, buscando entender quais são suas particularidades. Por fim, examinamos as ações empreendidas pela revogação do NEM realizadas pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Francisco Beltrão - PR em 2023, tendo em vista a maior abertura ao diálogo com o poder governamental desse período, advinda da renovação do poder executivo com um viés mais progressista.

Para a construção deste artigo, baseamo-nos em diversos autores que investigam o tema, tais como Luiz Carlos de Freitas, Breno Bringel, Acácia Kuenzer, Ronaldo Araujo, Eliza Ferreira, Gaudêncio Frigotto, Luis Groppo, Vânia Motta e outros. Além disso, catalogamos e analisamos as postagens realizadas pelo movimento estudantil de Francisco Beltrão - PR em suas redes sociais, para, com isso, dimensionar a totalidade e a natureza de atividades empreendidas durante o ano de 2023.

## 2 Transformações e repercussões advindas com o Novo Ensino Médio

As tensões entre as classes sociais desenrolam-se em inúmeros campos de enfrentamento. As classes dominantes, na manutenção de sua hegemonia<sup>4</sup>, articulam o controle de diversas instituições, a fim de que a sua ideologia e, por sua vez, o seu *status* como classe dominante se mantenham. A divulgação de suas ideias às classes dominadas, essencial à preservação dessa estrutura desigual na sociedade, ocorre, portanto, com o auxílio

---

<sup>3</sup> Este artigo é fruto de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica Voluntária da UNIOESTE.

<sup>4</sup> Hegemonia é um conceito gramsciano que retrata a influência que determinado grupo exerce sobre outro a partir da vinculação e da imposição de suas normas, valores, cultura e demais fatores relacionados à vida social. Tais elementos são usados como instrumentos de coerção e persuasão “na tentativa de obter do conjunto da sociedade o consentimento passivo e/ou ativo para seus projetos antagônicos de sociabilidade [...], alargando os limites estreitos da democracia liberal dos anos de capitalismo concorrencial.” (NEVES, 2005, p. 23).

dos meios de comunicação, de instituições religiosas, partidos políticos e, é claro, por meio da educação. Quanto a esse último, o atrito provocado na relação de classes, compreendidas aqui como a luta entre a burguesia e o proletariado, é indissociável do próprio tópico educacional e da educação pública. Ela é palco da luta das camadas populares no e contra o capitalismo; é um projeto em construção e um objeto cujas determinações estão em constante disputa no campo político-ideológico.

Essa disputa política e ideológica pelo controle dos rumos da educação nacional pode ser observada no cenário de instabilidade política que se acirrou no Brasil em 2016, levando ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, seguido pela posse de seu vice, Michel Temer. Algumas semanas após esse acontecimento, exatos 22 dias, promulgou-se a MP nº 746/2016, que se tornou a Lei nº 13.415/2017, mais conhecida como Reforma do Ensino Médio ou Novo Ensino Médio.

Antes de debruçarmo-nos sobre as alterações no ensino médio provocadas pela reforma, e o porquê de ela ser fruto dessas tensões de classe na educação, convém salientarmos a necessidade de uma mudança na terminologia utilizada, substituindo o termo reforma por contrarreforma, pois as medidas por ela impostas denotam um retrocesso no cenário educacional, sendo incompatíveis com a carga semântica da palavra reforma (FERREIRA, 2017, p. 294), que subentende a mudança para algo novo. Na direção contrária, as suas alterações curriculares, a abertura à privatização da escola pública e todo seu pacote de mudanças equiparam-se ao sistema educacional do século passado, de uma escola sucateada, preparada e destinada aos filhos da classe trabalhadora. Assim, utilizamos “novo” entre aspas, já que entendemos que se trata da retomada do velho nas políticas para o ensino médio no Brasil.

As mudanças advindas com o “Novo” Ensino Médio, proposto pela contrarreforma de 2016, alteram essa etapa do ensino em diversas instâncias, desde seu currículo a suas formas de financiamento:

- a) com base em um discurso de modernização do ensino, a fim de melhorar o desempenho escolar dos estudantes e investir em capital humano<sup>5</sup>, flexibilizou-se o currículo, agora composto por uma formação básica comum em consonância a uma parte flexível, retratada a partir de itinerários formativos: Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências e suas Tecnologias, Ensino Técnico-Profissional. Conforme a referida Lei, a instituição deve ofertar no mínimo dois itinerários, cabendo aos jovens a escolha. Quanto à parte comum e obrigatória, ela fica restrita apenas às disciplinas de Português e Matemática; outras disciplinas como Arte, Sociologia, Filosofia e Educação Física também são tidas como obrigatórias, porém, não como disciplinas, podendo ser trabalhadas de forma diluída dentro de outras matérias. No tocante aos itinerários, vale destacar que, ao contrário do que aludiam as propagandas televisivas do governo na época do anúncio do NEM, o estudante não tem plena escolha do que cursar, afinal, tem à sua disposição apenas algumas opções pré-determinadas pela disponibilidade das instituições e pela decisão dos sistemas de ensinos. Contudo, de

---

<sup>5</sup> Termo cunhado em 1960 pelo economista Theodore Schultz, que salientava a relação direta que o investimento em educação teria na mobilidade social dos indivíduos e no desenvolvimento econômico da sociedade. Contudo, Frigotto (2015) ressalta que essa teoria considera a escolaridade como ferramenta exclusiva no combate às desigualdades sociais, porém, oculta a estrutura de classes da sociedade capitalista.

acordo com dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, há, no Brasil, 2.661 municípios com apenas uma escola de ensino médio. A escassez de opções oferecidas à juventude nesses casos conflui com a realidade de que apenas uma parcela das escolas consegue oferecer mais do que dois itinerários, havendo a tendência à oferta de itinerários “cada vez mais centrados na profissionalização precária e em conformidade com a cadeia produtiva local” (GAWRYSZEWSKI; LEHER; MOTTA, 2018, p. 320). Kuenzer (2017) ainda tece a crítica de que essa formação complementar será diferenciada pela origem de classe, uma vez que escolas particulares têm condições de ofertar itinerários de maior qualidade, resultando, à grande massa dos trabalhadores, futuros trabalhos com viés mais simplificado e repetitivo. Segundo as pesquisas da ANPEd (2023), a retirada de disciplinas vai contra as vontades expressas pelas juventudes. Os dados coletados revelam que, com exceção da disciplina de Ensino Religioso e da parte optativa, todas as matérias são vistas pelos alunos como fundamentais para o seu aprendizado. Esse descontentamento resultou em manifestações organizadas pelas juventudes por meio de inúmeros movimentos e manifestações, nos quais expressam as suas concepções do que seria necessário à formulação de uma educação de qualidade;

- b) regulamenta-se também a possibilidade do ingresso de docentes que não sejam graduados em área específica para o seu campo de atuação, sendo apenas solicitada a titulação de notório saber, que, em teoria, reconhece os saberes adquiridos fora do ambiente acadêmico na formação do profissional. Essa certificação pode ser conferida por instituições de ensino superior ou por uma banca de professores escolhida pelos dirigentes de ensino regionais. Isso nega o texto previsto no Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e, conjuntamente, desqualifica as licenciaturas. Ademais, ao considerar como obrigatórias apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, os profissionais das demais áreas tornam-se “dispensáveis” (ARAÚJO, 2019, p. 68). Vale notar que, em matéria à Carta Capital (2023), o jornalista Rodrigo Travitzki salienta que a taxa de abandono escolar que, por padrão, em território nacional, é de 6%, sobe para 8% nas escolas que implementam a contratação de professores com notório saber;
- c) a flexibilização curricular também contempla a possibilidade da oferta de Educação a Distância (EaD) para o NEM. Contudo, em um país marcado pela forte exclusão digital (ANPEd, 2023, p. 21), muitas famílias de baixa renda ficam negligenciadas nessa forma de ensino, e mesmo aquelas contempladas, em diversos casos, têm a parcela ofertada a distância reduzida a aulas por meio do aplicativo WhatsApp. A abertura ao modelo EaD acarreta também o fechamento de inúmeras escolas que acabam se centrando em um único pólo, o que dificulta o acesso e o deslocamento até essas unidades, muitas vezes encarecendo o transporte e aumentando o tempo do percurso, conseqüentemente, ampliando a evasão escolar;
- d) a Lei nº 13.415/2017 também modifica a LDB e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), dois dos principais documentos que regulamentam a educação nacional, fazendo com que a contrarreforma de 2016 afete toda a educação básica. As pesquisas reunidas pela ANPEd (2023) retratam que, talvez, essa amplitude da contrarreforma seja a razão pela urgência na sua aprovação, em um reformismo que tem por objetivo destruir os direitos sociais das camadas populares e ampliar a desigualdade de acesso ao ensino superior;

- e) abrem-se as portas para diversas privatizações do sistema público de educação, tanto na composição do quadro docente quanto no gerenciamento das escolas, sobretudo com relação à educação profissional, como é o caso do que ocorreu no Paraná com o Centro Superior de Ensino de Maringá (UniCesumar). Nessa região do país, diversos estudantes, contrários a essa medida, se mobilizaram em cidades como Cascavel, Curitiba, Ponta Grossa, Medianeira e Francisco Beltrão, em alguns casos, levando, inclusive, ao recuo por parte da Secretaria de Educação em dar prosseguimento à parceria. Um exemplo disso é o Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto, em Cascavel, que, após os protestos, restituiu o modelo anterior de ensino (APP - SINDICATO, 2022). No intuito de justificar as privatizações, constrói-se uma narrativa que desmoraliza a escola pública, afirmando que “a formação escolar atual não condiz com as expectativas da sociedade em geral: não é atraente ao jovem e não condiz com a sociedade do conhecimento” (GAWRYSZEWSKI; LEHER; MOTTA, 2018, p. 315). Ademais, essa mercantilização do ensino público resulta em uma simplificação da maneira como ocorrem as aulas, tornando-as resumidas a cartilhas e aulas programadas, desvalorizando qualquer particularidade do estudante. Freitas (2018) destaca que o controle da gestão escolar e dos processos educativos contribui para disseminar entre as juventudes<sup>6</sup> a ideologia das classes dominantes;
- f) vale mencionar que a contrarreforma não faz menção a investimentos em infraestrutura, valorização docente ou outros fatores fundamentais ao desenvolvimento da educação nacional, medidas que julgamos essenciais para melhorar a qualidade do nosso sistema de ensino. Muito pelo contrário, o aumento do número de estudantes atendidos por cada professor no regime EaD, o desdobramento dos docentes que passam a ministrar mais de uma disciplina para atender àqueles presentes nos itinerários, o excessivo controle sobre o conteúdo ministrado e o grande número de profissionais em contrato temporário são características que evidenciam a precarização do trabalho do educador, prejudicando diretamente a qualidade do ensino. O demasiado foco em alterações curriculares esconde as intenções da reforma como aparato para sedimentar e hegemonia burguesa ao mesmo tempo que desresponsabiliza o Estado por um eventual fracasso educacional, fomentando uma responsabilização individual dos alunos e professores.

Embora a MP de 2016 apresente um caráter tão amplo de mudanças e afete, direta e indiretamente, todos os jovens brasileiros, sua discussão e aprovação foi aligeirada no Congresso Nacional. A falta de diálogo se contrapôs ao severo enfrentamento instigado por diversas organizações progressistas, como é o caso dos movimentos estudantis e do

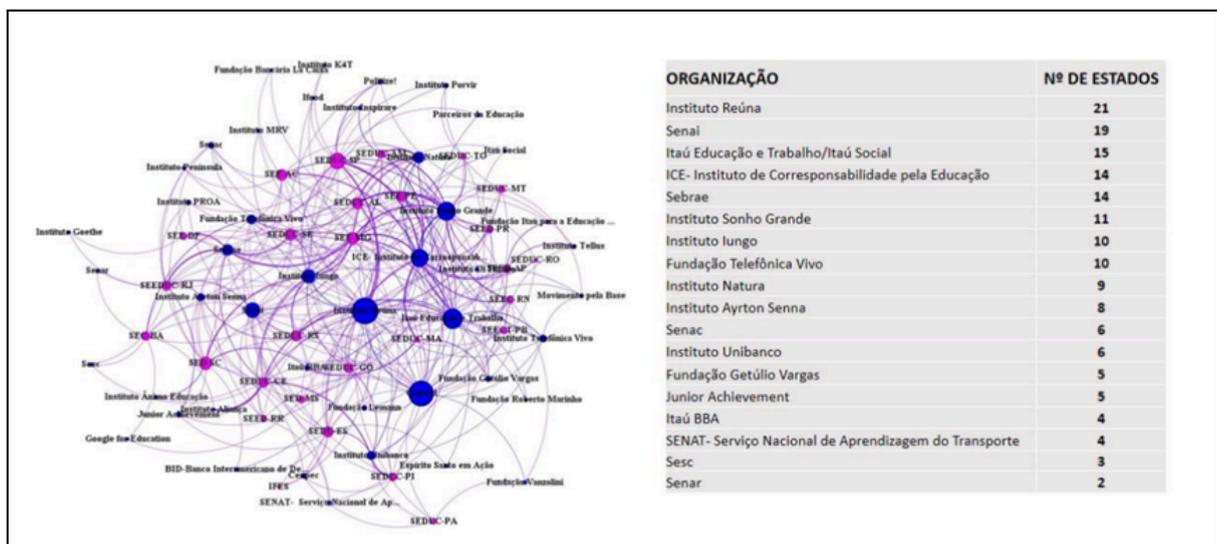
---

<sup>6</sup> Compreendemos a necessidade de analisar a juventude a partir de uma construção histórica, que exerce influência e é influenciada pelas contradições sociais. Doravante, ela se constrói como um grupo pautado na diversidade de seus contextos, representações culturais e realidades. Assim, é mais adequado substituir o termo juventude pelo seu plural, *juventudes* (SILVA; BARBOSA; KÖRBES, 2022, p. 411).

Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio<sup>7</sup>. Entretanto, os verdadeiramente afetados pela contrarreforma, professores e alunos, foram ignorados no âmbito das decisões políticas. Tamanha pressa nasce, justamente, do receio por parte da burguesia de que se ampliem as lutas promovidas pelas juventudes secundaristas nas ocupações das escolas e em outros movimentos (FRIGOTTO; MOTTA, 2017), deixando-lhes pouco tempo para estruturar ações em oposição à contrarreforma. Esse traço autoritário da aprovação do NEM configura ainda mais o seu aspecto antidemocrático que visa a atender às necessidades específicas do setor privado. É nesse cenário que Freitas (2018) aponta a proximidade dessa reforma a um ataque neoliberal<sup>8</sup> ao sistema educacional, acarretando consequências prejudiciais às juventudes brasileiras advindas das mudanças provocadas pela lei.

Aqueles que influenciaram a aprovação da Lei são oriundos dos setores privados e de seus representantes na sociedade civil organizada. Assumiram, desse modo, durante a aprovação da contrarreforma, não apenas um protagonismo no tocante à sua elaboração, mas também em sua aplicação. O Gráfico 1, a seguir, salienta a presença dessas instituições:

Gráfico 1 - Participação de institutos privados na implementação da reforma nos estados



Fonte: Cassio (2023).

Destaca-se o Instituto Reúna, presente em 21 dos 26 estados brasileiros, seguido pelo Senai, em 19, e o Itaú Educação, em 15. Considerando a presença de outras instituições privadas, reiteramos a capilaridade dessas instituições no país, influenciando diretamente a educação brasileira. Esse influxo é maior ainda quando consideramos o Movimento Todos

<sup>7</sup> Movimento criado em janeiro de 2014, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), composto inicialmente pelas seguintes entidades do meio educacional: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação (FORUMDIR), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), Sociedade Brasileira de Física, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Conif) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Ele vem, agora já há uma década, participando de lutas na defesa da educação pública de qualidade no Brasil.

<sup>8</sup> Concepção que prevê a desestatização de diversos serviços originalmente ofertados pelo poder público, prevendo, em seu lugar, a atuação do mercado, isento, o máximo possível, de restrições advindas da esfera governamental.

pela Educação<sup>9</sup> e o Conselho Nacional de Secretários de Educação<sup>10</sup> (Consed) que se protagonizam na defesa do NEM e do projeto formativo articulado aos interesses da burguesia brasileira. De acordo com Gawryszewski, Leher e Motta (2018, p. 313),

Para a burguesia, a educação é uma esfera a ser mantida sob seu controle, sobretudo, em vista da produção social da força de trabalho. Nela, é permanentemente forjada a socialização das novas gerações - para a produtividade e para a passividade, como fatores do mesmo processo -, de tal modo que todas e todos se percebam como capital humano.

Esse modelo educacional direciona os jovens da classe trabalhadora ao trabalho precarizado e em ocupações irregulares que, frequentemente, são excluídas de uma série de direitos trabalhistas, marcadas por ocupações repetitivas e com baixo valor agregado. Essa contradição de forças representada na disputa pelo controle da educação não é exclusiva do cenário nacional, mas se insere e é consequência direta da movimentação de uma série de organismos multilaterais e internacionais que seguem a mesma tendência, buscando privatizar a educação pública e oferecer ao jovem um currículo que não propicie qualquer mobilidade social que seja.

Por trás desse isomorfismo global, há organizações que atuam em inúmeros países, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Essas instituições, por meio de documentos, fazem apontamentos e recomendações curriculares a sistemas educacionais de países que se encontrem em situações socioeconômicas adversas, abordando temas como a educação voltada à formação técnica-profissional, à flexibilização do currículo e à privatização do ensino médio, compreendendo que apenas a parte básica e comum dessa etapa de ensino apresenta um caráter público e gratuito (ARAÚJO, 2019). Toda essa narrativa construída a fim de justificar os rumos tomados pelo ensino médio insere-se no leque de valores apregoados pelo neoliberalismo, com o foco demasiado no progresso e em um individualismo exacerbado, configurando uma “agenda globalmente estruturada da educação [...] cuja missão modernizadora é reduzir a educação (e o conhecimento) a funções mínimas de acordo com as necessidades imediatas da sociedade capitalista” (FERREIRA, 2017, p. 204).

Em síntese, em meio a esse grande panorama de contradições e de disputas ideológicas, encontra-se o jovem, principal afetado pelas atribulações e mudanças no sistema escolar, sobretudo aqueles oriundos da escola pública, que, segundo documento do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 2023, constituíam um total de 87,2% das matrículas dessa etapa de ensino no Brasil.

Entretanto, esse jovem não se encontra indiferente às mudanças promovidas pela contrarreforma. Longe disso, pelo país, fomentam-se manifestações promovidas por esse grupo social, especialmente na figura dos movimentos estudantis. As organizações encabeçadas pelos estudantes vêm apresentando grande destaque no enfrentamento do NEM, alcançando proeminência até mesmo no cenário nacional. A próxima seção caracteriza esses movimentos.

---

<sup>9</sup> Organização não governamental, autodenominada apartidária e fundada em setembro de 2006 que, sob a fachada de promover melhorias na educação pública básica, molda-se aos interesses da burguesia.

<sup>10</sup> Associação fundada em 1986 que reúne os secretários de educação dos 26 estados brasileiros e do distrito federal que, conjuntamente, se articulam na elaboração das metas e prioridades da educação nacional.

### 3 Breve caracterização dos movimentos estudantis

O S, caracterizando o plural no termo movimentos estudantis, não é por acaso. Assim como quando pensamos nos movimentos de camponeses, por exemplo, temos a tendência a associá-los unicamente à figura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desconsiderando toda a miríade de outros grupos, tais como o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); observamos a mesma tendência ao tratarmos dos movimentos estudantis. Assim, concordamos com Bringel (2009), ao afirmar que muitos, ao se debruçarem sobre o tema, partem de uma análise que enxerga esse grupo como um conjunto unitário, com as mesmas pautas e opiniões. Todavia, os estudantes organizam-se em diversas organizações distintas que, embora possam apresentar características afins, diferenciam-se em pontos fundamentais, até mesmo quanto à sua orientação política. Assim sendo, vamos utilizar o termo movimentos estudantis (MEs), no plural, para considerar toda a heterogeneidade dessas organizações e as tensões entre elas.

Embora diversas, as organizações estudantis compartilham algumas semelhanças, características que, além de categorizá-las como únicas dentre os movimentos sociais, ditam o seu *modus operandi*, a maneira como organizam e defendem as suas pautas, auxiliando na compreensão das suas ações. Dentre essas, a transitoriedade de seus membros é uma das mais pontuadas pelos autores do tema. Bringel ressalta que, “enquanto a maioria das lutas sociais está permeada por um conflito de classe, as lutas dos estudantes subjazem a outro tipo de conflito, o geracional” (BRINGEL, 2009, p. 101). Com isso, o autor ressalta que, ao contrário dos demais movimentos, os MEs alinham-se em torno do período transitório que o jovem passa no colégio e na universidade, e seus membros acabam se desligando da militância após a conclusão dessa etapa educacional. Isso afeta diretamente a construção de pautas de longo prazo, afinal, a renovação constante de seus filiados prejudica o acúmulo de experiência trazida pela luta construída de forma constante e paulatina.

Outra consequência direta da ligação dos MEs às instituições de ensino é a submissão de suas pautas ao calendário escolar. Pelo fato de o espaço de socialização de seus membros ser, predominantemente, o escolar, eventos como férias e feriados acabam atuando como “elementos desmobilizadores” (BRINGEL, 2009), pois tiram o jovem do espaço de convivência com seus pares.

Quanto à composição, os MEs agrupam jovens oriundos das classes médias, mais especificamente aqueles compostos pelas juventudes do ensino superior. Essa característica é proveniente desde o surgimento dos MEs, muitos ligados à história da universidade que, ao abrir as suas portas para a pequena e média burguesia no século XX, não tinha condições estruturais para assegurar a permanência escolar desses sujeitos nas instituições. A precariedade estrutural, somada à estrutura autoritária dos cursos ofertados na época, conduziu muitos jovens à revolta (BITTAR; BITTAR, 2014). Já os movimentos secundaristas, por sua vez, tendem a ser mais diversos na sua composição. As ocupações secundaristas, em 2016, por exemplo, contaram com uma expressiva participação de jovens das classes populares. Outra particularidade dos integrantes dos MEs é a de serem provenientes de outros movimentos sociais, pois muitos de seus participantes também fazem parte dos movimentos feministas, dos movimentos negros, dos movimentos LGBTQIA+ dentre outros. A sua convergência provoca um amálgama entre as pautas dos movimentos,

por outro lado, os MEs, em função de sua transitoriedade, acabam ocupando um lugar secundário na militância desses sujeitos.

A participação de seus afiliados em outros movimentos sociais não subentende a ideia de que todos os participantes dos MEs carregam ideais voltados a correntes políticas de esquerda. Evidentemente, uma maioria dessas organizações converge entre os espectros que se alinham mais a uma social-democracia ou à esquerda radical, porém, os movimentos conservadores e reacionários também existem, como é o caso das lutas estudantis mobilizadas por coletivos de direita na Venezuela<sup>11</sup>, ou, no Brasil, com o projeto Universidades Livres (UniLivres)<sup>12</sup>. A ligação com partidos dos diversos campos políticos é comum e alvo de debates dentro dos próprios movimentos, não na questão do pertencimento de seus membros a filiações políticas, mas no tocante à influência e ao aparelhamento do MEs por esses partidos (MESQUITA, 2003, p. 127), prejudicando a autonomia desses coletivos.

Ainda tratando do aspecto da autonomia, uma característica atual dessas formas de organização é contarem com uma maior horizontalidade em suas lideranças, com diversos estudantes alternando-se na função representativa e na tomada de decisões, ocorrendo por meio de assembleias abertas a todos os participantes. Isso gera, por sua vez, certo grau de imprevisibilidade de suas ações.

Outro ponto que Bringel (2009) destaca é a presença dos *blogs* para a divulgação das ações dos MEs, seja na formação, ao disponibilizarem textos e matérias importantes, seja na mobilização, anunciando as datas das próximas ações. No contexto atual, o meio de divulgação pela internet assumiu outras plataformas, como os aplicativos *Whatsapp*, *Instagram*, *Facebook* e *X* (antigo *Twitter*).

É na convergência dessas especificidades que se traduzem os MEs, atualmente representados sobretudo na figura da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), principais coletivos pela luta dos direitos estudantis no país. Elas, junto a outros grupos, como os sindicatos de professores e o MST, vêm interpellando ações contrárias ao NEM, desde a sua promulgação até, muito antes disso, as ações contrárias ao empresariamento da educação (como presentes, por exemplo, no Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, em 2015).

Essas manifestações demonstram a insatisfação das juventudes com as mudanças advindas da contrarreforma, tais como:

A redução do tempo e conteúdo da formação geral básica, comum a todos, não tem se mostrado uma escolha por parte dos jovens, tal como se intenta convencer através da agressiva midiática que acompanha a reforma. Pelo contrário, esse argumento tem sido confrontado pelas mobilizações e demandas juvenis que buscam, sobretudo, serem autônomos e críticos, possuir uma formação científica e humanística sólida que lhes permita compreender a realidade e afrontar os desafios naturais, sociais, políticos, culturais e econômicos contemporâneos. (SILVA; KRAWCZYK; CALÇADA, 2023, p. 15)

---

<sup>11</sup> Em 2014, diversos grupos estudantis que se alinhavam com o espectro político da direita radical foram às ruas em manifestações que apregoavam pautas como o combate ao socialismo. Dentre os coletivos presentes nas manifestações, destaca-se o Juventud Activa Venezuela Unida (JAVU), ou, língua portuguesa, Juventude Ativa Venezuela Unida (BRINGEL, 2009).

<sup>12</sup> Grupo composto por estudantes liberais e conservadores e denominados pela mídia como “UNE de direita”. O projeto apresenta como objetivo “tornar hegemônica a defesa de pautas conservadoras em todas as universidades brasileiras” (BOUTIN; FLACH, 2021, p. 10).

Tamanha insatisfação conflui nos movimentos e manifestações organizadas, sejam elas passeatas, panfletagens, fóruns, assembleias, palestras, conferências ou outras. Contudo, mesmo que muitas dessas, como mencionado, sejam promovidas pela UNE e pela UBES em âmbito nacional, não se pode negar a presença e importância das ações de cunho regional, visto que “mesmo as ações de caráter local ou institucional possuem perspectivas revolucionárias” (BOUTIN; FLACH, 2021, p. 16-17). Já em 2003, Mesquita, por meio de sua pesquisa e entrevistas com membros dos MEs, destacava a importância da presença desses movimentos de base, com entrevistados reforçando a necessidade de pulverizar a base dos coletivos estudantis. É por reiterar esse posicionamento e considerar de máxima importância a compreensão desses movimentos de amplitude regional e municipal e dar visibilidade a suas ações que, a seguir, explicitamos as ações desenvolvidas pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de uma cidade do interior do Paraná, Francisco Beltrão, analisando as suas movimentações relacionadas à revogação do NEM.

#### **4 As ações da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Francisco Beltrão**

A UMES de Francisco Beltrão - PR é a principal representante dos estudantes de ensino fundamental, médio, técnico, pré-vestibular e educação de jovens e adultos (EJA) no município. Refundada em 2022, quando alterou seu nome de União Beltronense dos Estudantes Secundaristas (UBES) para a nomenclatura atual, União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), ela atua na defesa da educação pública e de qualidade, além de zelar por pautas que prezam pelo bem comum, pelos direitos humanos e pela preservação ambiental.

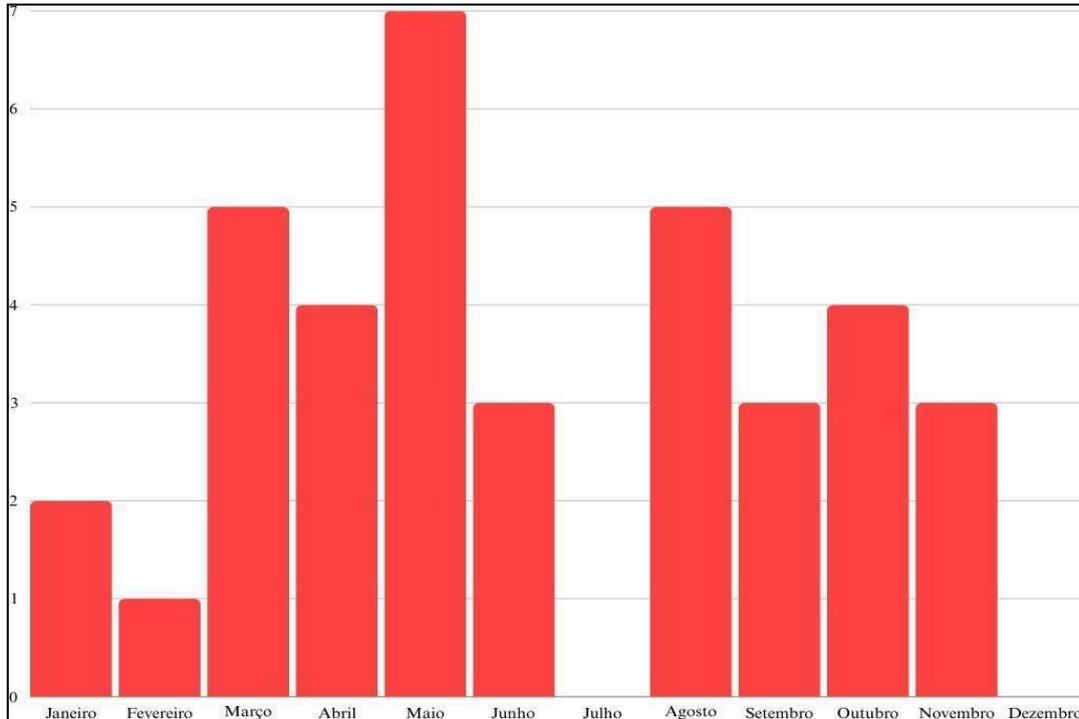
A entidade sempre esteve presente em pautas que orbitam o meio educacional. Ainda quando atuava com o nome antigo, mobilizou movimentos contrários à lei da mordada, a atos referentes às ocupações das escolas em 2016, um dos maiores marcos do movimento estudantil brasileiro, que, no segundo semestre do ano, ocupou, de acordo com a UBES, 1.197 instituições espalhadas pelo Brasil, 867 apenas no Paraná (GROPPO *et al.*, 2021). As ocupações, como foram chamadas, representaram uma insatisfação dos estudantes com relação à PEC 241, conhecida por PEC do “teto de gastos”, e à aprovação do NEM. Entretanto, é importante salientarmos que a participação dos estudantes durante esse período teve um caráter bastante autônomo e independente (GROPPO *et al.*, 2021), sendo que as organizações estudantis, como a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), tiveram grande importância para as ocupações, porém, não ao se estabelecer como principais interlocutores e mobilizadores, e sim ao atuar, por exemplo, nas redes sociais, vinculando informações sobre as ocupações.

Fazendo oposição ao NEM desde o início de sua implementação, as ações combativas da UMES ganharam força ao final de 2022 com a vitória do presidente Lula, abrindo maiores perspectivas de um diálogo pela revogação da Lei nº 13.415/2017. Tal movimento percebeu-se não apenas no que concerne à UMES de Francisco Beltrão - PR, mas foi uma tendência experienciada por inúmeras instituições, sindicatos e movimentos populares que passaram a atuar de maneira mais incisiva em oposição à contrarreforma.

Em 2023, a UMES esteve presente em um total de 37 ações distintas, todas computadas por meio das publicações da organização nas redes sociais. Essa presença

*on-line* é sintoma de uma das características apontadas por Bringel (2009) a respeito dos MEs: a sua presença nas redes, seja para divulgação, seja para conscientização, seja para anunciar datas de futuros atos. A distribuição dessas ações durante o ano de 2023 está presente no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Fluxo das ações da UMES Francisco Beltrão - PR em 2023

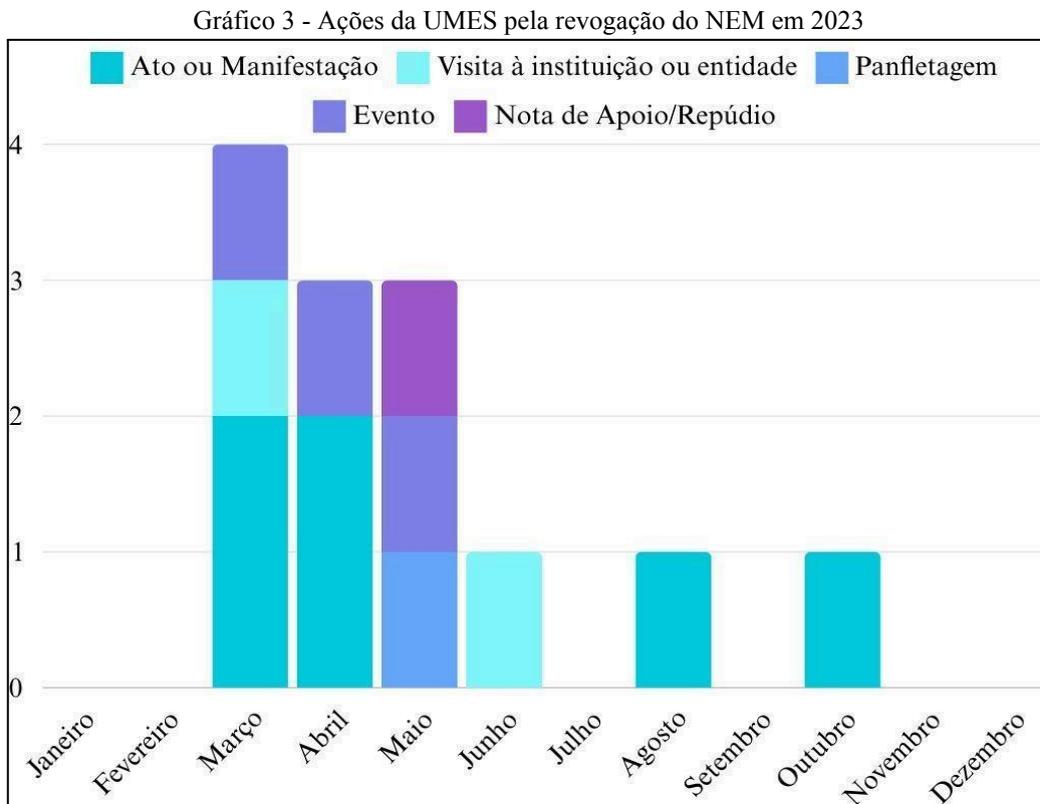


Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A distribuição das ações ao longo do ano evidencia a falta de atividades nos meses de julho e dezembro, bem como a diminuição dessas nos dois primeiros meses registrados. Tal ocorrência pode ser justificada pela influência do calendário escolar nas mobilizações estudantis (BRINGEL, 2009), com as férias e feriados atenuando a continuidade das lutas. Entretanto, entre as ações registradas, gostaríamos de pontuar a articulação da UMES com outras entidades regionais e instituições da sociedade civil. Por meio de reuniões, visitas e eventos, o ME da cidade pôde dialogar com representantes da Igreja Católica, representados pelo arcebispo da região, com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão (Sintep-FB), com sujeitos do meio político, como a deputada do Partido dos Trabalhadores (PT) Gleisi Hoffmann e membros da prefeitura municipal. Articularam-se também ações em conjunto com acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação da cidade e professores das universidades públicas, comitês e outros. Isso permitiu o início da construção de uma frente ampla na luta por uma educação de qualidade e uma sociedade mais justa, característica que é imprescindível para nos opormos à agenda do capital, tecendo uma “síntese dialogada” (GAWRYSZEWSKI; LEHER; MOTTA, 2018, p. 326) em defesa dos direitos cidadãos. Um fruto desse diálogo foi a constituição, em março de 2023, do Comitê pela Revogação do NEM em Francisco Beltrão – PR, com a participação de representantes de várias entidades.

No tocante às ações específicas relacionadas à contrarreforma, a UMES de Francisco Beltrão - PR realizou um total de 13 ações ao longo de 2023. Dentre elas, destacam-se a

presença das manifestações e atos presenciais, geralmente ocorrendo em frente a colégios ou no calçadão da cidade, contando com a participação de estudantes, de professores e da comunidade em geral. O Gráfico 3 explicita as atividades realizadas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Após as manifestações, com seis ocorrências, ocorreram também visitas a instituições ou entidades, como os colégios, por exemplo. Vale salientar que, algumas ações, como reuniões com grêmios estudantis, que não tiveram a pauta do encontro especificada na publicação, não foram computadas no gráfico.

O coletivo desses atos evidencia o descontentamento dos estudantes quanto ao novo modelo de ensino. Atualmente, a grande maioria dos jovens são contrários ao NEM, embora a sua mobilização passe por um momento de estagnação, visto que muitas dessas juventudes já começam seu ensino médio no modelo proposto pela contrarreforma, e a falta do conhecimento de como poderia ser diferente inibe neles essa atitude contrária, dificultando até mesmo o diálogo por parte dos MEs para com os alunos secundaristas.

Dentre as manifestações promovidas pela UMES, uma das que obteve maior destaque foi o ato ocorrido no dia 15 de março, no calçadão central da cidade. O evento foi uma resposta a um chamado da UBES nacional e foi permeado por mobilizações espalhadas em mais de 50 cidades de todo Brasil. Em Francisco Beltrão - PR, contou com a participação de diversos estudantes e com atividades realizadas mesmo nas escolas do interior, já que os alunos dessas instituições não tinham como se deslocar até o centro da cidade. A Figura 1 registra um desses momentos.

Figura 1 – Manifestação do dia 15 de março pela revogação do NEM



Fonte: UMES (2023)<sup>13</sup>

Gostaríamos também de abordar o evento que aconteceu em 27 de abril; trata-se de um seminário organizado pelo Comitê pela Revogação do Novo Ensino Médio, que contou com membros de inúmeras entidades. O seminário contou com a presença do Prof. Dr. Willian Simões, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que contextualizou o funcionamento e a implementação do NEM. Realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Francisco Beltrão - PR, o debate expandiu o diálogo para estudantes do ensino superior, fortalecendo, novamente, a construção de uma unidade na luta pela revogação da contrarreforma.

Com relação à distribuição das ações ao longo do ano, constatamos uma maior presença de atividades no primeiro semestre de 2023. A diminuição dos atos contra o NEM deu lugar a manifestações que exploraram outros tópicos, como a militarização das escolas, as privatizações de estatais e a violência contra a mulher.

A conjunção desses movimentos em âmbito regional, estadual e nacional resultou na formulação do PL nº 5.230/2023<sup>14</sup>, votado em março de 2024 na Câmara dos Deputados, que, atendendo de forma tímida às demandas e aos clamores dos agentes sociais pela revogação do NEM, contemplou parcialmente esses pedidos, alterando alguns pontos da Lei da contrarreforma. Agora a carga horária geral básica passa a ser de 2.400 horas, contudo, não contempla nessa medida os cursos técnicos. Ainda são mantidos, também, diversos pontos de retrocesso do texto base do NEM, como a abertura à modalidade a distância, o notório saber e a privatização, além de possibilitar um reducionismo curricular, ao não garantir as disciplinas científicas obrigatórias dentro da carga horária comum. Não se pode negar o pequeno avanço que tivemos com o novo PL em direção a uma educação de

<sup>13</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Cp0R1fWs8z7/?img\\_index=4](https://www.instagram.com/p/Cp0R1fWs8z7/?img_index=4). Acesso em: 17 mar. 2024.

<sup>14</sup> Transformado posteriormente na Lei nº 14.945/2024.

qualidade, entretanto, a prevalência dessa política de ajustes na Lei, ao invés de sua total revogação, representa, como salientam Santos e Martins (2023), a pressão imposta pelos defensores da contrarreforma, ou seja, o empresariado, para que ela seja mantida.

Ademais, os movimentos organizados pela UMES de Francisco Beltrão - PR conseguiram mobilizar parcela considerável da sociedade, incluindo estudantes e não estudantes, atuando não apenas na revogação direta do NEM, mas também na conscientização da comunidade sobre a importância da luta em oposição à contrarreforma, em defesa de um ensino médio que contribua não apenas à formação intelectual das juventudes, mas que, conjuntamente, seja permeado pela construção das mais plurais identidades, pelo fortalecimento de laços, valorizando a diversidade de gênero, cultural, étnica e tantas outras.

## 5 Considerações finais

A convergência dos movimentos pela revogação do NEM é uma força que não pode ser ignorada, pois reúne segmentos sociais dos mais diversos, como os sindicatos de professores, os membros da comunidade escolar, os estudantes e tantos outros que são, direta ou indiretamente, afetados pela contrarreforma. Nesse amálgama de frentes combatentes, os MEs assumem, como apresentado, um papel de protagonista, lutando pela educação de qualidade que lhes é direito. Espalhados pelo Brasil em diversas instituições heterogêneas, seus constantes manifestos demonstram a insatisfação das juventudes com as alterações no ensino secundarista.

As ações empreendidas pelo movimento secundarista de Francisco Beltrão - PR no ano de 2023 traduzem algumas das características comuns às instituições estudantis. A influência do calendário acadêmico na sua organização (com ações centralizadas no período letivo), a presença *on-line* (com a divulgação ocorrendo principalmente por meio das mídias sociais) e o encontro das pautas da revogação com outras demandas e temáticas (como os protestos pela desmilitarização das escolas) são apenas alguns dos aspectos encontrados.

Contudo, embora as pautas da UMES sejam várias, as atividades empreendidas pela revogação da contrarreforma do ensino médio são uma das principais bandeiras levantadas por eles, traduzindo-se em 13 ações das 37 ocorridas ao longo do ano, totalizando mais de um terço dos atos ocorridos em 2023. Reiteramos a presença de reuniões e visitas em escolas cuja pauta dos debates não foi especificada na publicação da rede social, não sendo considerada, portanto, para a contagem de ações que orbitam a temática do NEM.

As atividades foram variadas e, como demonstrado nos gráficos, incluíram a distribuição de panfletos (uma ocorrência), manifestações (seis ocorrências), visita a instituições (duas ocorrências), eventos (três ocorrências) e notas de apoio ou repúdio (uma ocorrência). Os atos, em sua totalidade, contaram com a presença de diversos agentes da comunidade em geral, afinal, ocuparam espaços também variados, como praças, escolas e faculdades, levando o debate da pauta da revogação a diferentes sujeitos.

A presença dos MEs secundaristas, sobretudo o ME de Francisco Beltrão - PR, salienta a relevância das organizações de estudantes pela revogação da contrarreforma. O expressivo número de ações, contando com uma boa adesão da sociedade, demonstra a insatisfação dos estudantes ao “Novo” Ensino Médio. As suas ações, junto aos demais movimentos nacionais, resultaram em algumas movimentações, ainda que tímidas, pela parte do Estado, trazendo alterações no texto original da Lei nº 13.415/2017, porém, ainda há

muito a ser feito pela revogação completa desse modelo empresarial e segregador de educação. São necessárias, portanto, uma retomada e uma reestruturação das pautas de revogação, aproveitando o momento de maior diálogo com o poder executivo, como salientado no início deste artigo.

É digno de nota que, dada a volatilidade e a efemeridade dos MEs, constituídos por grupos transitórios, o movimento secundarista encontra-se em constante renovação de seus membros. Os novos estudantes do ensino médio, que podem ainda não ter se dado conta da importância das pautas de revogação, são uma possibilidade da renovação e da persistência dessas lutas, para manter vivo o canal de diálogo sobre o “Novo” Ensino Médio, estabelecendo novas possibilidades pela sua transformação.

## Referências

APP – SINDICATO. Tchau, Unicesumar: Triunfo da luta no CEEP Cascavel mostra caminho para o estado. **Boletim da APP - Sindicato**, Curitiba, 14 abr. 2022. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/tchau-unicesumar-triunfo-da-luta-no-ceep-mostra-o-caminho-da-luta-para-o-estado/> Acesso em: 4 out. 2024.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino Médio Brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Subsídios para a Consulta Pública**. Rio de Janeiro: ANPED, jun. 2023.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **EccoS - Rev. Cient.**, São Paulo, n. 34, p. 143-159, maio/ago. 2014.

BOUTIN, Aldimara; FLACH, Simone. O movimento estudantil e as possibilidades de “subversão da práxis”. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 61, p. 1-22, e-25172, jul./set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm) Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Lei Nº. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Diário Oficial da União: edição extra, Brasília, DF, 25 dez. 2020.

BRINGEL, Breno. O Futuro anterior: Continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS - Rev. Cient.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 97-122, jan./jun. 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 241/2016**: altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 5230/2023**: altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2399598>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CASSIO, Fernando. O novo ensino médio e a indução de desigualdades escolares. *In*: ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer?** Sudeste [vídeo], 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s>. Acesso em: 2 fev. 2024.

EDUCADORES da reforma agrária lançam manifesto pela educação durante o 2º ENERA. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/10/01/educadores-da-reforma-agraria-lancam-manifesto-pela-educacao-durante-o-2-enera/>. Acesso em: 21 out. 2023.

FERREIRA, Eliza. A Contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova Ordem e Progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, abr./jun. 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**: Nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudencio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, jul./dez. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; MOTTA, Vânia Cardoso da. Por Que A Urgência Da Reforma Do Ensino Médio? Medida Provisória Nº 746/2016 (Lei Nº 13.415/2017). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia Cardoso da. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **Ser Social: Educação e Lutas Sociais no Brasil**. Brasília, v. 20, n. 43, p. 310-328, jul./dez. 2018.

GROPPO, Luis Antonio; MARTINS, Suely Aparecida; SALLAS, Ana Luisa Fayet; FLACH, Simone de Fátima. O maior, o mais ignorado, o mais combatido: o movimento das ocupações estudantis no Paraná em 2016. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/110919>. Acesso em: 4 out. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça cidades e estados do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017.

LDB – **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 de mar. de 2024.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 66, p. 117-149, out. 2003

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A Nova Pedagogia da Hegemonia**: Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica 2023** - Resumo Técnico. Versão Preliminar. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em:  
[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em: 12 fev. 2024

SANTOS, Franciele. MARTINS, Suely. As Resistências no Processo de Implementação do Novo Ensino Médio em Francisco Beltrão-PR: Atividades do Comitê Municipal pela Revogação do NEM. *In*: IV SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E XXVI SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE PEDAGOGIA, 2023, Francisco Beltrão. **Anais eletrônicos** [...] Francisco Beltrão: Unioeste, 2023. Disponível em:  
<https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/XXVISemanaPedagogia/anais>. Acesso em: 4 abr. 2024.

SILVA, Mônica Ribeiro da; BARBOSA, Renata Peres; KÖRBES, Cleci. A Reforma do Ensino Médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 399-417, mai./ago. 2022

SILVA, Monica Ribeiro da; KRAWCZYK, Nora Rut; CALÇADA, Guilherme Eduardo Camilo. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais, **Educ. Pesquisa.**, São Paulo, v. 49, e271803, 2023.

TRAVITZKI, Rodrigo. Professor por “notório saber” não tornará o ensino mais atraente. **Carta Capital**, 2023. Disponível em:  
<https://www.cartacapital.com.br/educacao/professor-por-notorio-saber-nao-tornara-o-ensino-medio-mais-atraente/>. Acesso em: 21 de mar. de 2024

### **Contribuições da autoria**

Eduardo da Silva Rodrigues: Conceitualização, Investigação, Redação.  
Suely Aparecida Martins: Supervisão/Orientação, Redação.

**Data de submissão:** 25/06/2024

**Data de aceite:** 23/10/2024